



Bruxelas, 20 de julho de 2015
(OR. en)

10855/15

CONOP 76
CODUN 22
CFSP/PESC 392

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Delegações

n.º doc. ant.: 10503/15 CONOP 63 CODUN 19 CFSP/PESC 331

Assunto: Relatório semestral sobre a implementação da Estratégia da União Europeia contra a Proliferação de Armas de Destruição Maciça (2015/I)

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório semestral sobre a implementação da Estratégia da UE contra a Proliferação de Armas de Destruição Maciça (2015/I), aprovado pelo Conselho (Negócios Estrangeiros) de 20 de julho de 2015.

RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA UE CONTRA A PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO MACIÇA (2015/I)

INTRODUÇÃO

A Estratégia da UE contra a Proliferação de Armas de Destruição Maciça (ADM), que foi adotada pelo Conselho Europeu em dezembro de 2003 (doc. 15708/03), prevê a apresentação de relatórios semestrais sobre a sua implementação. O presente relatório abrange as atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2015.

Os princípios orientadores da UE neste domínio, de acordo com os objetivos da Estratégia Europeia de Segurança, da Estratégia da UE contra a Proliferação de Armas de Destruição Maciça e das Novas Linhas de Ação (doc. 17172/08), continuam a ser os seguintes:

- i) Um multilateralismo eficaz, incluindo a promoção da universalidade dos tratados, convenções e outros instrumentos internacionais e da sua aplicação a nível nacional, através da ação diplomática e da assistência financeira a países terceiros e a organizações internacionais;
- ii) Uma estreita cooperação com os parceiros e outros países terceiros, em prol de uma convergência de opiniões no plano mundial quanto à necessidade de reforçar o regime internacional de não-proliferação. Prosseguiram os esforços no sentido de abordar matérias ligadas à não-proliferação no âmbito das relações bilaterais da UE com todos os países pertinentes, especialmente através de reuniões de diálogo político e de contactos mais informais;

- iii) Uma utilização eficaz e complementar de todos os instrumentos e recursos financeiros disponíveis – orçamento da PESC, Instrumento para a Estabilidade e a Paz e outros instrumentos – a fim de maximizar o impacto das suas atividades com vista a realizar os objetivos da política externa da UE.

Os trabalhos serão, portanto, efetuados em estreita coordenação no contexto mais amplo da política de segurança e das atividades de prevenção de conflitos levadas a cabo pela UE.

O Conselheiro Principal e Enviado Especial do SEAE para a Não-Proliferação e o Desarmamento representou a UE em várias reuniões internacionais importantes realizadas no primeiro semestre de 2015 (nomeadamente nas reuniões do Grupo dos Diretores do G-7 encarregados da não-proliferação realizadas em Aachen, no mês de janeiro, e em Hamburgo, no mês de março, na Conferência de Análise do TNP realizada em abril-maio de 2015 e em consultas sobre questões de não-proliferação e desarmamento com vários países terceiros).

No primeiro semestre de 2015, o Enviado Especial procurou sobretudo:

- intensificar esforços para apoiar o Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (TNP), mais concretamente no contexto dos preparativos da Conferência de Análise de 2015 do TNP. Esta continua a ser uma das principais prioridades da UE, atendendo igualmente à sua relevância direta para os grandes desafios suscitados a nível regional em matéria de proliferação pelo Irão e pela RPDC. A UE continuou a apoiar o processo de criação de uma zona livre de ADM no Médio Oriente. O Enviado Especial tem vindo a efetuar contactos regulares com o mediador finlandês, o Embaixador Jaakko Laajava, relacionados com a convocação da Conferência de Helsínquia;
- continuar a promover a iniciativa relativa à criação de um Código de Conduta Internacional para as Atividades no Espaço Exterior através de uma vasta sensibilização de Estados membros das Nações Unidas;

- promover a universalização e a entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (TPTE) e aumentar a visibilidade das atividades de sensibilização da UE neste domínio no contexto de vários eventos, como, por exemplo, o que foi organizado no mês de abril em Israel e que desencadeou um processo de informação sobre a inspeção *in loco* do exercício de campo integrado da OTPTE (IFE 14) realizado na Jordânia em novembro de 2014, e a Conferência de Análise de 2015 do TNP;
- intensificar/iniciar diálogos sobre não-proliferação com os principais parceiros de fora da UE e prosseguir a integração das questões ligadas à não-proliferação nas relações bilaterais da UE com todos os países pertinentes, em especial através de reuniões de diálogo político e de contactos mais informais.

1. QUESTÕES NUCLEARES

O Grupo da Não-Proliferação do Conselho da UE (CONOP), em estreita cooperação com as delegações pertinentes da UE, contribuiu ativamente para definir as posições assumidas pela UE na Conferência de Análise do TNP realizada em abril-maio de 2015, nas reuniões do Conselho de Governadores da AIEA organizadas em março e junho, na reunião do Ponto de Contacto Reforçado do Regime de Controlo da Tecnologia dos Mísseis (RCTM) que teve lugar em março, na reunião anual ordinária do Código de Conduta da Haia (HCOC), em maio, na reunião plenária da GICNT e nas reuniões plenárias do NSG efetuadas em junho. As delegações pertinentes da UE coordenaram os trabalhos de preparação dos contributos da UE para outras reuniões internacionais, como as da Comissão Preparatória da OTPTE e seus órgãos subsidiários, e outras reuniões importantes no âmbito do seu mandato.

1.1. Conferência de Análise de 2015 do TNP (Nova Iorque, 27 de abril – 22 de maio de 2015)

As conclusões do Conselho que contêm as posições a assumir pela UE na nona Conferência de Análise do TNP foram adotadas em 20 de abril (doc. 8079/15). Com base nessas conclusões, foram ultimadas e dadas a conhecer durante a Conferência uma declaração geral da UE e declarações da UE dirigidas às três Comissões Principais da Conferência de Análise. A AR/VP, Federica Mogherini, emitiu a declaração geral da UE no segundo dia da Conferência (28 de abril). Foram apresentados à Conferência três documentos de trabalho da UE sobre: (1) o TPTE; (2) as salvaguardas; e (3) a nova diretiva EURATOM em matéria de segurança. A UE organizou dois eventos à margem da Conferência: um no intuito de apoiar o Código de Conduta da Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos (8 de maio) e outro sobre proteção e segurança nuclear (14 de maio). Embora não tenha sido possível adotar um documento final de consenso na Conferência de Análise, o plano de ação adotado na Conferência de Análise de 2010 do TNP não deixou de ser válido e a UE continuará a promover a sua aplicação plena e integral, equilibrada e efetiva.

1.2. Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA)

A UE continuou a intensificar o apoio que presta à Agência Internacional da Energia Atômica, em Viena, sendo um dos principais doadores do Fundo de Segurança Nuclear, a que desde 2004 afetou quase 40 milhões de euros (incluindo o último compromisso de fornecer à Agência 8,05 milhões de euros com base na Decisão 2013/517/PESC, de 21 de outubro de 2013, que está a ser implementada).

Ainda em matéria de segurança nuclear, a UE contribuiu com os seus conhecimentos técnicos para a realização de atividades e seminários de formação organizados pela AIEA e dirigidos a países terceiros, a fim de reforçar as capacidades de combate ao tráfico de materiais nucleares e outros materiais radioativos. A UE e a AIEA continuaram a coordenar o seu apoio a países terceiros neste domínio. A 4 e 5 de fevereiro de 2015, realizou-se nas instalações da Comissão Europeia no Luxemburgo a terceira reunião anual de Altos Funcionários da UE-AIEA, em que participaram o SEAE, a Comissão Europeia/Euratom e representantes da AIEA a nível de altos funcionários. As reuniões de altos funcionários têm por objetivo reforçar a cooperação em todas as áreas de atividade da AIEA, aumentar a visibilidade dos contributos da UE e continuar a coordenar a ação da UE a fim de garantir complementaridade e evitar sobreposições de esforços entre as atividades desenvolvidas pelos Centros de Excelência QBRN da UE e pela AIEA no domínio da segurança nuclear (para o efeito, a UE – através do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia – e a AIEA estão a aplicar um acordo sobre modalidades práticas de cooperação).

Desde 2008, a UE comprometeu-se, por via de conclusões do Conselho, a afetar ao Banco LEU (urânio pouco enriquecido) da AIEA um montante que poderá ascender aos 25 milhões de euros. A UE transferiu 20 milhões de euros provenientes do Instrumento para a Estabilidade e a Paz a fim de apoiar o Banco. Com base numa decisão do Conselho, deverá ser fornecida uma nova contribuição, que poderá ascender aos 5 milhões de euros. A aprovação do Conselho está pendente da forma como evoluir a ultimização e aprovação de vários acordos, nomeadamente o Acordo sobre o Estado de Acolhimento entre a AIEA e o Cazaquistão.

No domínio das salvaguardas nucleares, a Direção das Salvaguardas Nucleares da Comissão Europeia continua a aplicar salvaguardas a todos os materiais nucleares civis nos 28 Estados-Membros da UE, dispondo de um orçamento anual de cerca de 20 milhões de euros. As atividades de verificação das salvaguardas são coordenadas em estreita cooperação com a AIEA. A AIEA e a Comissão intensificam constantemente a sua cooperação neste domínio com vista a otimizar a utilização dos recursos humanos e financeiros, mantendo simultaneamente a máxima eficácia possível das salvaguardas. A UE continuou também a dar um importante apoio técnico à AIEA no domínio das salvaguardas nucleares através do Programa de Apoio às Salvaguardas da Comissão Europeia.

Embora a UE tenha disponibilizado 10 milhões de euros para apoiar o projeto internacional destinado a expandir e modernizar o laboratório de salvaguardas de Seibersdorf, na Áustria (tendo já transferido 9,5 milhões de euros), a AIEA apelou a que os doadores internacionais, incluindo a UE, contribuíssem também para a modernização do laboratório de aplicações nucleares de Seibersdorf.

A nível de peritos, a Comissão Europeia, em cooperação com a AIEA, lançou um processo destinado a avaliar e apoiar a melhoria da base de dados da AIEA sobre o tráfico ilícito em resposta às necessidades dos utilizadores. Foi elaborado um documento de boas práticas sobre uma cultura harmonizada em matéria de notificações que será apresentado à AIEA. O desenvolvimento do formulário de notificação de incidentes em linha (web-INF) destinado a modernizar os meios de notificação, que teve início em outubro de 2013, estará em breve concluído.

Ao abrigo do novo Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear (ICSN 2014-2020), a UE disponibilizou 3,5 milhões de euros a fim de apoiar projetos de cooperação no domínio da segurança nuclear implementados pela Agência. Para além desta contribuição direta, a UE e a AIEA têm vindo a trabalhar em estreita colaboração, especialmente no que toca à resolução do problema dos sítios históricos de extração de urânio na Ásia Central no âmbito do respetivo grupo de coordenação (CGULS) e do Fórum sobre Cooperação Regulamentar (FCR), que coordena o apoio internacional às entidades reguladoras dos países de embarque (Bielorrússia, Jordânia, Vietname).

Os fundos da UE fornecidos à AIEA ao abrigo das Ações Comuns I a IV e da Decisão V do Conselho contribuíram para fazer avançar os esforços da AIEA no sentido de aumentar a segurança nuclear nos países terceiros dando prioridade aos Estados com maior necessidade de reforçar o controlo do material radioativo e nuclear e ajudando, assim, a reduzir os riscos. Os esforços concentraram-se no reforço das infraestruturas legislativas e regulamentares dos Estados no domínio dos materiais nucleares e outras substâncias radioativas, nas medidas de segurança nuclear aplicáveis aos materiais nucleares e outras substâncias radioativas durante a utilização, armazenagem e transporte e às respetivas instalações e nas capacidades dos Estados no domínio do tratamento dos materiais nucleares e outras substâncias radioativas não sujeitos a controlos regulamentares a nível nacional, permitindo, assim, aos países beneficiários da assistência cumprir as suas obrigações nacionais e internacionais. A última decisão do Conselho (AIEA VI, 2013/517/PESC), adotada em 21 de outubro de 2013, está a contribuir para reforçar a segurança nuclear a nível mundial e para melhorar a segurança europeia, prestando apoio às atividades da AIEA levadas a cabo no âmbito do Plano de Segurança Nuclear 2014-2017, principalmente nos domínios atrás referidos.

1.3. Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (TPTE)

A UE promoveu ativamente a rápida entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (TPTE) com base na Decisão 2012/699/PESC do Conselho, de 13 de novembro de 2012, relativa ao apoio à Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (OTPTE), desenvolvendo ações de sensibilização junto de todos os países que ainda não assinaram ou ratificaram o Tratado, incluindo os restantes Estados enumerados no Anexo II cuja ratificação é necessária para que o Tratado entre em vigor. A UE prossegue, em diversos contextos, as ações de sensibilização para este Tratado, nomeadamente no âmbito das reuniões de diálogo político, a fim de dar um novo impulso à sua ratificação.

À margem da Conferência de Análise de 2015 do TNP, em Nova Iorque, a AR/VP, Federica Mogherini, reuniu a nível bilateral com o Secretário Executivo da Comissão Preparatória da OTPTE, Lassina Zerbo. A União Europeia apresentou também à Conferência um documento de trabalho sobre o TPTE.

O Enviado Especial para a Não-Proliferação e o Desarmamento participou na reunião de alto nível da OTPTE realizada à margem do seminário consagrado ao tema "Inspeção *in loco* do exercício de campo integrado 2014: balanço e perspectivas", organizado em Ramat-Gan (Israel) no mês de abril, e observou, em primeira mão, os resultados e conclusões do IFE 14. Nesse contexto, teceu observações em que sublinhou tanto o apoio político como o apoio financeiro prestado pela UE à universalização e aplicação efetiva do TPTE.

O ensaio nuclear realizado pela RPDC em 12 de fevereiro de 2013 e os riscos de eventuais novos ensaios mostraram claramente a importância real do regime de verificação da OTPTE, que está atualmente em desenvolvimento e que é apoiado pela UE através de decisões do Conselho. Foram mobilizadas equipas da OTPTE para fornecer a todos os países signatários do TPTE, por linha direta, dados pertinentes a utilizar pelos decisores. Os esforços de manutenção da rede de estações sismológicas auxiliares, que beneficiam do apoio das Ações Comuns/Decisões do Conselho I a V, e a implantação do Centro Internacional de Dados da OTPTE (que recolhe, analisa e partilha dados provenientes da rede de estações) irão contribuir para a necessária sustentabilidade do sistema. Além disso, é da maior importância apoiar o Secretariado Técnico Provisório da OTPTE na realização de novos exercícios, como, por exemplo, o que se realizou na Jordânia, para testar e melhorar as capacidades operacionais do regime de inspeções *in loco*.

1.4. Questões regionais (Irão, RPDC)

A UE manteve-se plenamente empenhada nos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos a fim de se chegar a uma solução diplomática para a questão nuclear iraniana através de negociações, com base no TNP e na plena implementação de todas as resoluções pertinentes do CSNU e do Conselho de Governadores da AIEA. A aplicação harmoniosa do acordo provisório conhecido como Plano de Ação Conjunto alcançado entre o E3/UE+3 e o Irão em Genebra, em novembro de 2013, e prorrogado até 30 de junho de 2015 conferiu ao processo diplomático em curso o espaço necessário. Desde que o Plano de Ação Conjunto começou a ser aplicado, a UE, na qualidade de mediadora do E3/UE+3 (China, França, Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) nas conversações sobre questões nucleares, encetou com o Irão negociações destinadas a alcançar uma solução global de longo prazo para a problemática nuclear iraniana, como previsto no Plano de Ação Conjunto. Na reunião que teve lugar em Lausanne a 2 de abril de 2015, a Alta Representante da UE e os Ministros dos Negócios Estrangeiros do E3+3, por um lado, e o Irão, por outro, chegaram a um entendimento político sobre os principais parâmetros a que deve obedecer um acordo abrangente em relação à questão nuclear iraniana. Desde então, diretores políticos e peritos têm vindo a trabalhar no sentido de traduzir em acordo escrito o entendimento alcançado em Lausanne até ao final de junho, altura em que o acordo provisório expira. Em paralelo com a vertente E3/UE+3, o Acordo de Cooperação entre a AIEA e o Irão visa resolver todas as questões pendentes, passadas e presentes, incluindo as que se prendem com possíveis dimensões militares. Realizaram-se várias reuniões a nível técnico no âmbito do Acordo de Cooperação entre a AIEA e o Irão. No entanto, o Irão ainda não implementou as duas medidas práticas pendentes nem propôs nenhuma nova medida prática na terceira fase do Acordo de Cooperação, apesar dos reiterados pedidos da Agência.

A UE continua preocupada com o facto de o Irão estar a desenvolver e ensaiar mísseis balísticos e veículos de lançamento espacial, violando as Resoluções 1737, 1747, 1803, 1835 e 1929 do CSNU. A UE tem condenado repetidamente tais iniciativas, uma vez que comportam o risco inerente de arsenalização de um engenho explosivo nuclear. No que toca à RPDC, continua extremamente preocupada com o facto de o país estar a desenvolver o seu programa nuclear e o seu programa de mísseis balísticos e de o regime atribuir prioridade política ao aperfeiçoamento da sua capacidade nuclear. A UE continuou a exortar a RPDC a cumprir as obrigações que lhe incumbem por força das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU, nomeadamente a abandonar por completo, de forma irreversível e verificável, todos os programas nucleares, de mísseis balísticos e de outras armas de destruição maciça que tem em curso. A UE apelou novamente a que a RPDC volte a cumprir plenamente as obrigações de salvaguardas previstas pelo TNP e pela AIEA e faculte o acesso às pessoas, à documentação, ao equipamento e às instalações solicitado pela Agência. A UE apoiou de forma constante o reatamento do processo de conversações a seis, tendo apelado a que a RPDC retome negociações internacionais credíveis e autênticas. Além de implementar as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, a UE introduziu também novas medidas restritivas autónomas, incluindo o reforço dos controlos dos bens de dupla utilização e da proliferação de armas convencionais. A UE reiterou o seu apelo à RPDC, instando o país a ratificar o TPTE e a abster-se de praticar novos atos de provocação. A RPDC continua a desrespeitar as Resoluções 1695, 1718, 1874, 2087 e 2094 do CSNU, facto que tem sido condenado pela UE com toda a veemência.

2. CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO (CD) / TRATADO DE PROIBIÇÃO DA PRODUÇÃO DE MATERIAL CINDÍVEL PARA ARMAS NUCLEARES E OUTROS ENGENHOS EXPLOSIVOS NUCLEARES

A UE, que continua empenhada no desarmamento nuclear e no controlo de armas com base em tratados, salienta a necessidade de renovar os esforços multilaterais e de revitalizar os órgãos de negociação multilateral, em particular a Conferência do Desarmamento, analisando as possibilidades que existem neste contexto, nomeadamente o seu alargamento futuro. A situação de estagnação em que se encontra este órgão, e nomeadamente o facto de ainda não ter conseguido chegar a acordo relativamente a um programa de trabalho, continua a ser preocupante.

A UE reitera o seu apelo ao lançamento imediato e à rápida conclusão, no âmbito da Conferência do Desarmamento, das negociações de um Tratado de proibição da produção de material cindível para armas nucleares e outros engenhos explosivos nucleares, com base no documento CD/1299 e no mandato nele incluído, que continua a ser uma prioridade inequívoca. A UE apela a que todos os Estados que o não tenham ainda feito subscrevam e respeitem uma moratória imediata sobre a produção de material cindível para armas nucleares e outros engenhos explosivos nucleares e desmantelem ou convertam para utilizações exclusivamente não explosivas as instalações dedicadas à produção de material cindível para armas nucleares. Nesse contexto, saúda a ação dos Estados que, de entre os cinco dotados de armas nucleares, subscreveram a referida moratória e desmantelaram ou converteram as suas instalações, com especial destaque para os dois Estados-Membros da UE.

A UE congratula-se igualmente com as discussões construtivas e a conclusão satisfatória das reuniões do grupo de peritos governamentais que tiveram lugar em 2014 e 2015 e expressa a sua confiança em que o relatório delas resultante lance as bases para futuras negociações.

3. ARMAS QUÍMICAS

Em 17 de fevereiro, foi adotada a Decisão 2015/259/PESC do Conselho para o período compreendido entre 2015 e 2017, que concedeu à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) cerca de 2,5 milhões de euros a fim de apoiar atividades como a promoção da universalidade, a execução a nível nacional, a cooperação internacional, o Programa "África" e a aplicação dos ensinamentos colhidos com a operação levada a cabo na Síria. Trata-se da sexta contribuição voluntária da UE para as atividades desenvolvidas pela OPAQ desde 2005, o que testemunha o seu apoio contínuo e o reconhecimento do importante trabalho desenvolvido pela Organização.

A UE tem apoiado constantemente a OPAQ no desmantelamento do programa de armas químicas sírias, prorrogando, nomeadamente, a validade da decisão que prevê afetar ao Fundo Fiduciário da OPAQ 12 milhões de euros provenientes do Instrumento para a Estabilidade e a Paz. A pedido da OPAQ, a UE está a analisar a possibilidade de contribuir para a destruição das restantes instalações de produção de armas químicas sírias e atividades conexas.

A Decisão 2014/74/PESC do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 124/2014 do Conselho, ambos de 10 de fevereiro de 2014, introduziram uma derrogação com vista a uma possível utilização de bens sírios congelados a fim de cobrir as despesas relacionadas com as atividades de verificação e destruição desenvolvidas pela OPAQ na Síria. Em novembro de 2014, a UE enviou uma carta ao Diretor-Geral da OPAQ informando-o da possibilidade acima referida e solicitando-lhe que diligenciasse nesse sentido junto das autoridades sírias. A proposta foi transmitida às autoridades sírias, que até agora a rejeitaram. A UE continua, porém, a insistir nesta proposta em todas as oportunidades e nas declarações dirigidas à OPAQ.

Na sequência da Terceira Conferência de Análise da Convenção sobre as Armas Químicas (CWC), realizada em abril de 2013, a UE continuou a centrar-se nas suas prioridades, nomeadamente: i) na conclusão do processo de destruição dos arsenais existentes; ii) na promoção da universalidade da CWC (em 14 de outubro de 2013, a Síria tornou-se o 190.º Estado Parte na Convenção); iii) nas medidas nacionais de implementação, em conformidade com o artigo VII; iv) na passagem a esforços de não-proliferação; v) na promoção do desenvolvimento de capacidades de segurança e proteção na indústria química nos países em desenvolvimento, nos termos do artigo XI, e na resposta à utilização de armas químicas, ao abrigo do artigo X.

Apesar de não estarem ainda concretizados alguns dos principais objetivos iniciais da CWC, a UE e os seus Estados-Membros iniciaram uma reflexão sobre a fase que se segue à destruição das armas químicas e estão aos poucos a começar a refletir sobre os desafios relacionados com a pertinência futura (ou seja, a proibição do reaparecimento de armas químicas, a sua utilização por intervenientes não estatais e por terroristas, a convergência com a biologia) e, por conseguinte, sobre a eficácia da Convenção. Nessa perspetiva, a UE analisará com toda a atenção a nota recentemente emitida pela OPAQ sobre "A OPAQ em 2025: um mundo sem armas químicas" (documento S/1252/2015, de 6 de março de 2015), no intuito de contribuir para os debates sobre este assunto nos órgãos competentes da OPAQ.

Em termos de impacto gerado pelo apoio da UE, todos os países que tinham sido seleccionados para beneficiar de assistência utilizaram-na para colmatar lacunas críticas de natureza técnica, o que deu a esses Estados Partes a possibilidade de fazerem progressos significativos no sentido da implementação nacional da CWC. Concretamente, convém notar que as decisões do Conselho da UE continuam a ser o único meio possível de prestar este tipo de assistência a fim de colmatar as lacunas de implementação. Cerca de metade dos 90 subprojectos nacionais de implementação realizados pelo Secretariado Técnico da OPAQ nos últimos anos não teriam podido ser realizados sem os fundos das ações comuns/decisões do Conselho. No que diz respeito à prioridade da UE de promover a universalidade, um total de dezanove países aderiu à Convenção desde que foi adotada a primeira ação comum, tendo quatro dos países que aderiram em 2005 participado numa ação de sensibilização financiada por uma ação comum/decisão do Conselho, como foi aliás o caso de todos os países que aderiram nos anos seguintes.

4. ARMAS BIOLÓGICAS

Na perspetiva da oitava Conferência de Análise da CABT (Genebra, novembro/dezembro de 2016), a UE tem trabalhado na negociação e eventual adoção de uma nova decisão do Conselho de apoio à CABT e na definição de uma posição comum da UE com vista à próxima Conferência de Análise.

A UE está igualmente empenhada em apoiar melhorias no domínio da segurança e da proteção biológicas. A este respeito, a Decisão 2013/668/PESC, adotada em 18 de novembro de 2013, prevê que se disponibilizem mais de 1,7 milhões de euros a fim de apoiar, através do aconselhamento técnico da Organização Mundial de Saúde, projetos destinados a promover, em alguns Estados Partes seleccionados, a sensibilização para os riscos biológicos, a gestão laboratorial dos riscos biológicos e o desenvolvimento de estratégias laboratoriais a nível nacional.

5. MÍSSEIS BALÍSTICOS

5.1. HCOC (Código de Conduta da Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos)

A UE considera que o Código de Conduta da Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos constitui um instrumento multilateral único, que tem por objetivo conter a proliferação de sistemas de mísseis balísticos e tecnologias afins através de medidas que visam a transparência e a criação de confiança, tendo-o apoiado firmemente desde o início. Todos os Estados-Membros da UE subscreveram o Código. A UE continuou a defender e a apoiar os três aspetos do Código: universalidade, implementação e reforço e melhoria do seu funcionamento.

Na primavera de 2015, começou a ser aplicada uma nova decisão (2014/913/PESC), adotada pelo Conselho em 15 de dezembro de 2014, que visa apoiar o Código de Conduta da Haia. A título dessa decisão, em maio de 2015 a UE organizou um evento à margem da Conferência de Análise do TNP, em que se fez representar pelo Chefe da sua delegação em Viena e durante o qual foram feitas – e repercutidas por quase todos os oradores – referências claras ao financiamento por ela concedido. O evento foi transmitido em direto na Internet.

Os Estados-Membros da UE têm estado a trabalhar na aplicação da Decisão 2014/913/PESC do Conselho, de 15 de dezembro de 2014, como forma de apoiar o Código de Conduta da Haia e a não-proliferação de mísseis balísticos.

5.2. Regime de Controlo da Tecnologia dos Mísseis (RCTM)

De 1 a 3 de outubro de 2014, teve lugar em Oslo a reunião plenária anual do RCTM, onde foi apresentada uma declaração da UE. Em março de 2015, organizou-se uma reunião do Ponto de Contacto Reforçado do RCTM, durante a qual o SEAE fez uma declaração circunstanciada.

Quatro países da UE renovaram o seu pedido de adesão ao RCTM, juntando-se à UE9: Roménia, Estónia, Eslovénia e Croácia.

Na reunião plenária de 2014, em Oslo, o Luxemburgo e os Países Baixos anunciaram que, em 2015-2016, exerceriam a presidência conjunta do RCTM.

6. ATENUAÇÃO DO RISCO QBRN

A UE continuou a fazer progressos no que respeita à implementação do Plano de Ação QBRN (no domínio Químico, Biológico, Radiológico e Nuclear) da UE adotado em 2009, e cerca de 30 projetos foram até à data apoiados pelo Programa "Prevenir e Combater a Criminalidade".

Além disso, uma série de projetos de investigação nesta área financiados pelo Programa "Sociedade Segura" ao abrigo do 7.º Programa-Quadro estão a prestar apoio científico e técnico ao Plano de Ação QBRN através de investigações que abrangem todo o ciclo de gestão de crises (desde a prevenção à recuperação). A fim de identificar as necessidades de normalização nesta área, estão atualmente em curso atividades que poderão levar ao estabelecimento de normas europeias. O Programa "Horizonte 2020" (2014-2020) virá consolidar os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos na área da investigação no domínio QBRN através de temas focalizados, tendo o respetivo programa de trabalho sido adotado em 10 de dezembro de 2013.

Num relatório intercalar de 2012 sobre a implementação do Plano de Ação destacaram-se as principais realizações, em especial no que diz respeito ao reforço do intercâmbio de informações e boas práticas, à organização de exercícios de formação conjuntos e ao acordo sobre três listas de substâncias de alto risco nos domínios químico, biológico e radiológico-nuclear, respetivamente.

A fim de implementar o atual Plano de Ação até 2015 e definir a nova agenda QBRNE, a Comissão trabalha em estreita cooperação com as autoridades dos Estados-Membros e outras partes interessadas pertinentes no Grupo Consultivo QBRNE e respetivos subgrupos, que se reúnem periodicamente.

Em maio de 2014, a Comissão Europeia adotou uma comunicação sobre uma nova abordagem da UE em matéria de deteção e atenuação dos riscos QBRNE (documento COM(2014) 247 final). Nessa comunicação, a Comissão propõe que seja facilitada a cooperação prática com vista à deteção e atenuação dos riscos QBRNE a nível da UE, nomeadamente através do trabalho com a indústria, com os operadores de instalações que lidam com materiais QBRNE (fabricantes de equipamentos e fornecedores de serviços de segurança) e com outras partes interessadas. O documento contém um conjunto de 30 medidas a implementar no futuro próximo por diferentes serviços da Comissão em cooperação com os Estados-Membros. Serão desenvolvidas ferramentas concretas, de documentos de orientação a formações, ações de sensibilização e atividades de ensaio.

A Comissão está a reunir contributos dos Estados-Membros e de outras instituições e serviços europeus relevantes no intuito de apresentar, até ao fim do ano, um último relatório intercalar sobre a implementação do Plano de Ação de 2009. Ao mesmo tempo, apresentará ideias para os trabalhos futuros no domínio QBRNE.

A UE lançou em maio de 2010 a iniciativa relativa aos "Centros de Excelência para a Atenuação dos Riscos QBRN", financiada através do Instrumento para a Estabilidade e a Paz. Os Centros de Excelência QBRN da UE estão a ser criados em resposta ao reconhecimento da insuficiente capacidade institucional de vários países para atenuar o risco QBRN: atividades criminosas (proliferação e terrorismo QBRN), catástrofes naturais e acidentais (acidentes industriais). O seu objetivo é desenvolver, a nível nacional e regional, uma política QBRN contra todos os riscos a fim de os antecipar e de lhes dar resposta. Trata-se, em suma, de medidas estruturais tendentes a reduzir a vulnerabilidade dos países a acontecimentos QBRN, no interesse mútuo das regiões e da segurança na UE.

Para atingir esse objetivo, haverá que apoiar a criação de redes regionais de competências nos domínios jurídico, regulamentar, técnico e de controlo e execução no que respeita à atenuação dos riscos QBRN, seguindo uma abordagem ascendente e transfronteiriça que identifique prioridades regionais que não possam ser tratadas apenas a nível nacional.

- Foram já inaugurados cinco secretariados regionais (em Amã, Tbilisi, Rabat, Manila e Abu Dhabi) e, muito recentemente, assinado um memorando de acordo com vista à abertura de um secretariado no Usbequistão. Prosseguem as negociações sobre a criação de secretariados regionais em Argel e Nairóbi, esperando-se que terminem em breve;
- Novos países (Maláui, Arábia Saudita, Catar e Burquina Faso) aderiram recentemente à iniciativa, o que perfaz um total de 52 países a partir de junho de 2015;
- Foram criadas 34 equipas QBRN, que estão ativamente envolvidas nas atividades dos Centros de Excelência;
- Até agora, foram feitas avaliações das necessidades em matéria de QBRN em mais de 20 países e lançados planos de ação nacionais nesse domínio em 16 países parceiros: Filipinas, Camboja, Sérvia, Geórgia, Marrocos, Montenegro, Costa do Marfim, Gabão, Quênia, Uganda, Burundi, Brunei, Mianmar, Laos, Vietname e República Democrática do Congo.

- No total, desde 2011 foram contratados com diversos consórcios, inclusive dos Estados-Membros, quarenta e sete projetos regionais (cerca de 60 milhões de euros).

7. GRUPOS DE REFLEXÃO

Com base na Decisão 2010/430/PESC do Conselho, de 26 de julho de 2010, a ação desenvolvida pela UE no quadro da sua Estratégia contra a Proliferação de Armas de Destruição Maciça tem sido ativamente apoiada pelo Consórcio da UE para a Não-Proliferação, cujas atividades tiveram início em janeiro de 2011. Uma nova decisão, adotada a 10 de março de 2014, prorrogou por mais três anos as atividades do Consórcio, tirando partido dos resultados obtidos e da experiência adquirida no período de 2011 a 2013 e, simultaneamente, desenvolvendo projetos novos e inovadores.

As atividades do Consórcio aumentaram a visibilidade da UE em relação aos países terceiros e à sociedade civil e contribuíram substancialmente para moldar a política da UE nas áreas da não-proliferação e do desarmamento. O Consórcio cria uma plataforma para contactos informais entre profissionais do setor e contribui para promover o diálogo entre as diferentes partes interessadas. A rede do Consórcio conta com mais de 65 grupos de reflexão em toda a Europa. As suas atividades contribuíram para sensibilizar para os desafios colocados pelas armas nucleares, químicas e biológicas.

8. A RESOLUÇÃO 1540 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS E O CONTROLO DAS EXPORTAÇÕES

a) Resolução 1540 do CSNU

A decisão do Conselho destinada a apoiar a Resolução 1540 do CSNU, adotada pelo Conselho em 22 de julho de 2013, está a ser executada pelo GNUAD, que organiza seminários regionais e visitas de assistência a países de todo o mundo. A execução desta decisão do Conselho ajuda a consolidar os esforços nacionais e regionais e contribui para pôr em prática as recomendações incluídas na análise global da aplicação da Resolução 1540, efetuada em 2009, lançando e desenvolvendo planos nacionais de ação a pedido dos Estados.

O GNUAD assinou um acordo com a OSCE que implica sinergias de apoio à Resolução 1540 do CSNU. Convém melhorar as sinergias e a coordenação com os Centros de Excelência QBRN da UE, nomeadamente a fim de evitar sobreposições de esforços. Foram já organizados mais de quinze eventos com fundos da UE, o último dos quais teve lugar na Jordânia em junho de 2015.

b) Controlo das exportações

Depois de adotada, em 24 de abril de 2014, a comunicação da Comissão sobre a análise do regime da UE de controlo das exportações que identifica opções estratégicas concretas com vista à modernização e adaptação do controlo das exportações a circunstâncias tecnológicas, económicas e políticas em rápida mutação, o Parlamento Europeu realizou uma audição pública em janeiro de 2015. Por seu turno, a Comissão lançou uma "avaliação de impacto" das opções de análise descritas na comunicação de modo a identificar as ações regulamentares e não regulamentares mais adequadas para as pôr em prática, tendo, em dezembro de 2014, incumbido o Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz (SIPRI) de recolher dados capazes de contribuir para a avaliação de impacto e de preparar o terreno para a revisão da regulamentação aplicável ao controlo das exportações.

No plano regulamentar, uma vez delegadas as competências necessárias nos termos do Regulamento (UE) n.º 599/2014, entrou em vigor, em dezembro de 2014, o Regulamento Delegado (UE) n.º 1382/2014 da Comissão, que atualiza a lista de controlo da UE à luz das decisões tomadas entre 2011 e 2013 no âmbito dos regimes multilaterais de controlo das exportações. Em março de 2015, a Comissão, depois de consultar os peritos dos Estados-Membros, começou a preparar um novo regulamento delegado para atualizar a lista de controlo da UE à luz das decisões adotadas em 2014 no quadro deste regime.

No primeiro semestre de 2015, realizaram-se três reuniões do Grupo de Coordenação da Dupla Utilização a fim de ajudar a implementar os controlos à exportação, reuniões essas que se centraram, em especial, na introdução de novas funções no "Sistema Eletrónico dos Produtos de Dupla Utilização" e na troca de informações técnicas sobre várias questões ligadas aos controlos.

A UE desenvolveu uma ação coordenada para promover as posições definidas nas reuniões pertinentes dos regimes de controlo das exportações realizadas no primeiro semestre de 2015 (Grupo de Fornecedores Nucleares: reuniões do grupo consultivo em Viena, no mês de abril, e em Bariloche (Argentina), no mês de junho, e reunião plenária em Bariloche (Argentina), também no mês de junho; Regime de Controlo da Tecnologia dos Mísseis: reunião do Ponto de Contacto Reforçado em março de 2015, em Paris; Grupo da Austrália: reunião plenária em Perth (Austrália), no mês de junho).

Prosseguiu o programa de sensibilização da UE para o controlo das exportações destinado a reforçar a capacidade administrativa e técnica dos países terceiros (23) para lidarem com os produtos de dupla utilização. O programa de sensibilização pôs em prática novas atividades em Marrocos, na Tunísia, na Jordânia, no Paquistão e na Sérvia. Procurou-se especialmente intensificar a cooperação com o Departamento de Estado dos EUA em matéria de Controlo das Exportações e de Segurança das Fronteiras (EXBS), a fim de aumentar as sinergias entre os dois programas. Organizaram-se seminários *ad hoc* em Kiev e em Košice com o objetivo de promover a cooperação regional transfronteiras em matéria de controlo do comércio estratégico com a Ucrânia, a Geórgia e a República da Moldávia, bem como com os Estados de Leste que são membros da UE. Foi criado um portal de informação da UE (<https://export-control.jrc.ec.europa.eu/>) que funcionará como plataforma centralizada para todos os programas de sensibilização da UE (dupla utilização, armas e TCA), com o objetivo de personalizar o intercâmbio de informações com os países parceiros. Em janeiro de 2015, realizou-se uma conferência com os países parceiros subordinada ao tema "novos e iminentes desafios" no domínio do controlo das exportações. Foi também concluído um estudo sobre os desafios com que a África se vê confrontada nesta matéria. O programa é financiado ao abrigo do Instrumento para a Estabilidade e a Paz.

9. ESPAÇO

Desde 2007, a UE tem vindo a promover o desenvolvimento de um Código de Conduta Internacional para as Atividades no Espaço Exterior. Este conjunto internacional de orientações voluntárias e de medidas de criação de confiança destina-se a reforçar a segurança, a proteção e a previsibilidade de todas as atividades espaciais. Estas orientações deverão limitar ou minimizar, nomeadamente, a ocorrência de interferências prejudiciais, colisões ou acidentes no espaço exterior, bem como a criação de detritos. O Código definirá as regras de base a observar pelos países com atividades espaciais, tanto de caráter civil como militar.

A UE realizou três rondas de consultas multilaterais abertas sobre o projeto de texto do Código, em Kiev (maio de 2013), em Banguécoque (novembro de 2013) e no Luxemburgo (maio de 2014). Em termos globais, 95 Estados membros da ONU participaram no processo de consultas (61 países estiveram presentes em cada ronda de consultas). O processo de consultas abertas, concluído na reunião do Luxemburgo, desempenhou um papel importante para que se gerasse uma melhor compreensão das posições e preocupações dos Estados participantes. No final da reunião, o Presidente concluiu que existe um amplo interesse internacional na iniciativa. Muitos países expressaram a sua vontade de fazer avançar o processo para uma fase de negociação em que o projeto de Código elaborado durante o processo de consultas pudesse servir de base para futuras negociações multilaterais.

Em coordenação com os países que assumem posições semelhantes e com a assistência do Gabinete das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento, a UE agendou negociações multilaterais sobre a sua proposta de projeto de Código de Conduta Internacional para as Atividades no Espaço Exterior, que terão lugar em Nova Iorque de 27 a 31 de julho de 2015. Todos os Estados membros da ONU serão convidados a assistir à reunião.

10. CLÁUSULAS DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ADM

Em conformidade com a sua Estratégia de Não-Proliferação de ADM, a UE continuou a integrar a não-proliferação de ADM nas suas relações contratuais com países terceiros. Tiveram lugar novas negociações sobre as cláusulas de não-proliferação de ADM em acordos pertinentes entre a UE e países terceiros, nomeadamente com a Malásia. Para além de ajudarem a sensibilizar para a política da UE em matéria de não-proliferação e desarmamento, essas negociações permitem melhorar a compreensão recíproca das posições relevantes, identificar eventuais áreas de cooperação futura e incentivar os países parceiros a fazerem progressos concretos no que diz respeito ao regime internacional de não-proliferação.

11. OUTRAS INSTÂNCIAS MULTILATERAIS

G-7

A UE continuou a participar ativamente nas reuniões dos diretores encarregados da não-proliferação e do desarmamento (Aachen, 28-29 de janeiro, e Hamburgo, 4-5 de março), o que contribuiu para levar a bom porto a negociação de uma declaração sobre não-proliferação e desarmamento, anexa à declaração dos Ministros dos Negócios Estrangeiros feita em Lubeck a 15 de abril.

Desde a sua criação, em 2002, a Parceria Mundial (PM) expandiu-se e tornou-se uma plataforma de coordenação e cooperação, que conta agora com mais 20 parceiros. Na Cimeira realizada em Deauville em maio de 2011, os dirigentes acordaram em continuar a reforçar a segurança biológica, a implementação da Resolução 1540 do CSNU, a participação do mundo científico e a segurança nuclear e radiológica. Os EUA em 2012, o Reino Unido em 2013 e a Rússia, até à sua suspensão do G-8 em 2014, fizeram avançar esta agenda, especialmente através do reforço dos cinco subgrupos de trabalho existentes sobre segurança biológica, segurança química, segurança nuclear e radiológica, Centros de Excelência (CdE) e sensibilização e expansão no âmbito do Grupo de Trabalho da Parceria Mundial. Os Centros de Excelência da UE continuam a ocupar uma posição de destaque no subgrupo de trabalho "Centros de Excelência" da Parceria Mundial, em particular enquanto instrumento destinado a facilitar o intercâmbio de informações a nível regional e, eventualmente, a evitar duplicações entre doadores. A UE subscreveu as prioridades definidas pela Alemanha para a sua Presidência de 2014-2015, sobretudo no que respeita às biociências, que são um dos pontos mais importantes da ordem de trabalhos. O objetivo é melhorar a segurança e a contabilidade dos materiais, reforçar a vigilância sanitária e a resposta de emergência (como, por exemplo, ao Ébola e a outras pandemias), bem como as redes nacionais e mundiais, e fomentar uma conduta segura e responsável no domínio das biociências. Tudo isso se coaduna com o importante papel desempenhado pela UE no domínio das biociências através da CABT e de decisões do Conselho da OMS, bem como de três laboratórios móveis da UE – que em breve serão quatro – já implantados na África Ocidental desde maio de 2014.

Centro Internacional de Ciência e Tecnologia

A UE contribuiu ativamente para as negociações com vista à adoção de um acordo revisto sobre o Centro Internacional de Ciência e Tecnologia (CICT). O CICT tem por objetivo envolver cientistas e engenheiros com conhecimentos na área das tecnologias de dupla utilização em atividades de investigação para fins pacíficos ou em programas comerciais com a UE e outros parceiros. O Centro procura continuar a utilizar conhecimentos nessa área através do redirecionamento e da transferência de cientistas e poderá, assim, ter um papel a desempenhar no que toca a encontrar soluções de longo prazo para as crises ligadas à proliferação. Durante as negociações, a UE destacou a necessidade de se firmar um acordo que permita ao CICT implementar projetos suscetíveis de contribuir para responder eficazmente aos desafios que se coloquem nas áreas onde a proliferação suscita preocupações, designadamente no Médio Oriente. A nova sucursal do CICT foi inaugurada oficialmente em Astana em junho de 2014.

12. REUNIÕES DE DIÁLOGO POLÍTICO

O Enviado Especial efetuou reuniões de diálogo político sobre não-proliferação e desarmamento com o Brasil, o Egito, o Japão, os EUA e Israel. Realizou também uma série de consultas bilaterais com vários intervenientes, inclusive à margem de eventos importantes como a Conferência de Análise de 2015 do TNP, em Nova Iorque (com a Alta Representante das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento, o Diretor do UNIDIR, os EUA, a República da Coreia, Israel, o Egito, etc.).

**ANNEX TO THE
SIX-MONTHLY WMD PROGRESS REPORT**

**OVERVIEW OF EU COUNCIL JOINT ACTIONS AND COUNCIL DECISIONS
IN THE FRAMEWORK OF THE EU STRATEGY
AGAINST PROLIFERATION OF WEAPONS OF MASS DESTRUCTION (WMD)**

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decisions 2015/259/CFSP of 17 February 2015 in support of activities of the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW) in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction	The EU Council decision 2015/259/CFSP for the years 2015-17 has made available to the OPCW some 2.5 Mio € to support activities such as: – promoting universality, – national implementation, – international cooperation, – the Africa Programme and – implementing lessons learned from the Syrian operation. <u>Implementing agency:</u> The Organization for the Prohibition of Chemical Weapons	Budget: EUR 2,528,069 Official Journal: L 43/14 – 18.02.2015 Estimated duration of the action: 36 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision (CFSP) 2015/203 of 9 February 2015 in support of the Union proposal for an international Code of Conduct for outer– space activities as a contribution to transparency and confidence building measures in outer-space activities	To support its proposal for an international Code of Conduct on outer-space activities as a contribution to the creation of TCBMs in outer-space activities in line with UNGA Resolution A/RES/68/50, the Union will continue, drawing from experience made under Council Decision 2012/281/CFSP, to support the multilateral process on the proposal for an international Code of Conduct for outer-space activities, involving all interested States in an inclusive and transparent manner with a view to building the widest possible consensus on the draft Code with a view to its adoption by the international community. In this context, the projects to be supported by the EU shall cover the following specific activities: a) To continue to enhance awareness, knowledge and understanding of the proposal for an international Code of Conduct and the process led by the European Union. b) To continue to provide a framework for the multilateral process on the proposal for an international Code of Conduct for outer-space activities, that will enable the international community to continue to engage with a view to building the widest possible consensus for adoption of the Code of Conduct, through supporting multilateral meetings for negotiations on the draft Code, as well for as its formal adoption. <u>Implementing agency:</u> United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA) and the United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR)	Budget: EUR 1,274,398.85 Official Journal: L 33/38 –10.2.2015 Estimated duration of the action: 18 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2014/913/CFSP of 15 December 2014 in support of the HCoC and ballistic missile Non-Proliferation in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction	The Council Decision will ensure the continuous and practical implementation of certain elements of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction: 1. Support activities in support of The Hague Code of Conduct against ballistic missile proliferation and the Missile Technology Control Regime, in particular with the aim to: – promoting the universality, and in particular the subscription to the Code by all States with ballistic missile capabilities; – supporting the implementation and reinforcing the visibility of the Code; – promoting adherence to the MTCR guidelines and its annex. 2. More generally, support a range of activities to fight against the proliferation of ballistic missiles, aimed notably at raising awareness of this threat, stepping up efforts to increase the effectiveness of multilateral instruments, building up support to initiatives to address these specific challenges and helping interested countries to reinforce nationally their relevant export control regimes. In this context, the projects to be supported by the European Union shall cover the following specific activities: – activities in support of The Hague Code of Conduct; – activities in support of ballistic missile non-proliferation in general. <u>Implementing agency:</u> Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS).	Budget: EUR 990,000 Official Journal: L 360/44 – 17.12.2014 Estimated duration of the action: 30 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2014/129/CFSP of 10 March 2014 promoting the European network of independent non-proliferation think tanks in support of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction	The Council Decision aims at continuing the fruitful cooperation we had with the Consortium of think-tanks since its establishment in July 2010. It builds on the achievements and experiences gained in the period 2011-2013. Through distinct yet interrelated projects we aim at giving continuity to the Consortium's activities while adding new important tasks that were identified as potentially beneficial for the EEAS and the EU: – annual international conference on non-proliferation and disarmament (3 in total; 250-300 targeted participants, international in scope, to be held in Brussels) – annual consultative meeting on non-proliferation and disarmament (3 in total, 100 targeted participants, European in scope, to be held in Brussels) – internet platform and production of policy papers – ad hoc seminars (up to 7, 45 targeted individuals to be determined on a case-by-case, to be held within the EU or, up to three outside of the EU) – Help-desk Facility for production within two weeks-time of up to twenty 5-10 pages policy papers on demand by EEAS – Education on non-proliferation and disarmament (European online curriculum for University use to be available 24 months after the starting of the contract). <u>Implementing agency:</u> The EU Non-Proliferation Consortium of Think-Tanks	Budget: EUR 3,600,000 Official Journal: L 71/3 – 12.03.2014 Estimated duration of the action: 36 months
Council Decision 2013/726/CFSP of 9 December 2013 in support of the UNSCR 2118 (2013) and OPCW Executive Council EC-M-33/Dec 1, in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction	The overall objective is to support the OPCW activities by contributing to costs associated with the inspection and verification of the destruction of Syrian chemical weapons, as well as costs associated with activities complementary to the core mandated tasks in support of UNSCR 2118 (2013) and the OPCW Executive Council Decision of 27 September 2013 on the destruction of Syrian chemical weapons and subsequent and related resolutions and decisions. The project supported through this Council Decision is the provision of situation-awareness products related to the security of the OPCW-UN Joint Mission, including the status of the road network through the delivery to OPCW of satellite imagery and related information products of the EU Satellite Centre (EU SATCEN). <u>Implementing agency:</u> The Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons.	Budget: EUR 2,311,842 Official Journal: L 329/41 – 10.12.2013 Estimated duration of the action: 12 months Request for extension until 30 September 2015.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2013/668/CFSP of 18 November 2013 in support of World Health Organisation activities in the area of bio-safety and bio-security in the framework of the European Union Strategy against the proliferation of Weapons of Mass Destruction	The overall objective is to support the implementation of the BTWC, in particular those aspects that relate to ensuring the safety and security of microbial or other biological agents or toxins in laboratories and other facilities, including during transportation, as appropriate, in order to prevent unauthorised access to such agents and toxins and their unauthorised removal and to promoting bio-risk reduction practices and awareness, including biosafety, biosecurity, bioethics and preparedness against intentional misuse of biological agents and toxins, through international cooperation in this area: (a) promotion of laboratory bio-risk management through national and regional outreach, (b) development of national laboratory bio-risk management strategies to counter biological risks (a demonstration model for countries). <u>Implementing entity:</u> The World Health Organisation.	Budget: EUR 1,727,000 Official Journal: L 310 – 20.11.2013 Estimated duration of the action: 24 months
Council Decision 2013/517/CFSP of 21 October 2013 on the Union support for the activities of the International Atomic Energy Agency in the areas of nuclear security and verification and in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction – IAEA VI	The overall aim is to support the IAEA's activities in the areas of nuclear security and verification in order to further the following objectives: (a) to achieve progress towards the universalisation of international non-proliferation and nuclear security instruments, including IAEA Comprehensive Safeguards Agreements and Additional Protocols; (b) to enhance the protection of proliferation-sensitive materials and equipment and the relevant technology, providing legislative and regulatory assistance in the area of nuclear security and safeguards; (c) to strengthen the detection of, and response to, illicit trafficking of nuclear and other radioactive materials. <u>Implementing entity:</u> The International Atomic Energy Agency (IAEA).	Budget: EUR 8,050,000 Official Journal: L 281/6 – 23.10.2013 Estimated duration of the action: 36 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2013/391/CFSP of 22 July 2013 in support of the practical implementation of United Nations Security Council Resolution 1540 (2004) on non-proliferation of weapons of mass destruction and their means of delivery	The aims shall consist of: (a) enhancing the relevant national and regional efforts and capabilities primarily through capacity-building and assistance facilitation; (b) contributing to the practical implementation of specific recommendations of the 2009 Comprehensive Review of the status of implementation of UNSCR 1540 (2004), in particular in the areas of technical assistance, international cooperation and raising public awareness; (c) initiating, developing and implementing National Action Plans upon States' request. <u>Implementing entity</u>: United Nations Office for Disarmament Affairs.	Budget: EUR 750,000 Official Journal: L 198 – 23.07.2013 Estimated duration of the action: 24 months.
Council Decision 2012/699/CFSP of 13 November 2012 on support for activities of the Preparatory Commission of the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty Organisation (CTBTO) in order to strengthen its monitoring and verification capabilities and in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction – CTBTO V.	The Union will support four projects, the objectives of which are the following: (a) to provide technical assistance and capacity building to State Signatories to enable them to fully participate in and contribute to the implementation of the CTBT verification system; (b) to develop capacity for future generations of CTBT Experts through the Capacity Development Initiative (CDI); (c) to enhance the Atmospheric Transport Model (ATM); (d) to characterize and mitigate Radio Xenon noble gases; (e) to support the Integrated Field Exercise in 2014 (IFE14) through the development of an integrated multispectral array; (f) to improve the sustainment of certified IMS Auxiliary Seismic Stations. <u>Implementing entity</u>: The Preparatory Commission of the CTBTO.	Budget: EUR 5,185,028 Official Journal: L 314 – 14.11.2012 Estimated duration of the action: 24 months. Extended to 3 December 2015.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2012/423/CFSP of 23 July 2012 on support of ballistic missile non-proliferation in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction and of the Council Common Position 2003/805/CFSP	The objectives are: (a) to support the activities of The Hague Code of Conduct against ballistic missile proliferation, in particular with the aim to: – promoting the universality of the Code, and in particular the subscription to the Code by all States with ballistic missile capabilities; – supporting the implementation of the Code; – reinforce the visibility of the Code, in particular on the occasion of the tenth anniversary of its signature; (b) more generally, to support a range of activities to fight against the proliferation of ballistic missiles, aimed notably at raising awareness of this threat, stepping up efforts to increase the effectiveness of multilateral instruments, building up support to initiatives to address these specific challenges and helping interested countries to reinforce nationally their relevant export control regimes. <u>Implementing entity:</u> Fondation pour le Recherche Stratégique.	Budget: EUR 930,000 Official Journal: L 196 – 24.07.2012 Estimated duration of the action: 24 months. Extended to 28 March 2015.
Council Decision 2012/422/CFSP of 23 July 2012 in support of a process leading to the establishment of a zone free of nuclear weapons and all other weapons of mass destruction in the Middle East.	The objectives are: (a) to support the work of the Facilitator for the 2012 Conference on the establishment of a Middle East zone free of nuclear weapons and all other weapons of mass destruction; (b) to enhance the visibility of the Union as a global actor and in the region in the field of non-proliferation; (c) to encourage regional political and security-related dialogue within civil societies and governments, and more particularly among experts, officials and academics; (d) to identify concrete confidence-building measures that could serve as practical steps towards the prospect of a Middle East zone free of WMD and their means of delivery; (e) to encourage discussion on the universalization and implementation of relevant international treaties and other instruments to prevent the proliferation of WMD and their delivery systems; (f) to discuss issues related to peaceful uses of nuclear energy and international and regional cooperation. <u>Implementing entity:</u> EU Non-Proliferation Consortium.	Budget: EUR 352,000 Official Journal: L 196 – 24.07.2012 Estimated duration of the action: 18 months. A contingency amount of EUR 20,000 was given to the Arab Institute for Security Studies in Amman, Jordan for organising a meeting on the subject of the WMDFZ in the M.E. (13-14 November 2013). Implemented.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2012/421/CFSP of 23 July 2012 in support of the Biological and Toxin Weapons Convention (BTWC), in the framework of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction.	The objectives are: (a) promoting the universality of the BTWC, (b) supporting the implementation of the BTWC, including submission of CBMs by the States Parties, (c) supporting the work of the 2012-2015 inter-sessional programme with a view to strengthening the implementation and effectiveness of the BTWC. <u>Implementing entity</u>: United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA).	Budget: EUR 1,700,000 Official Journal: L 196 – 24.07.2012 Estimated duration of the action: 24 months. Extended to 31 January 2015.
Council Decision 2012/281/CFSP of 29 May 2012 in the framework of the European Security Strategy in support of the Union proposal for an international Code of Conduct on outer-space activities.	The objectives are: (a) consultations with States, active or not yet active on space issues to discuss the proposal and to gather their views, (b) gathering expert support for the process of developing an international Code of Conduct for outer-space activities. <u>Implementing entity</u>: United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR).	Budget: EUR 1,490,000 Official Journal: L 140 – 30.05.2012 Estimated duration of the action: 18 months. Extended to 31 July 2014. Implemented.
Council Decision 2012/166/CFSP of 23 March 2012 in support of activities of the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW) in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction – V.	The objectives are: (a) to enhance the capacities of States Parties in fulfilling their obligations under the CWC, (b) to enhance the preparedness of States Parties to prevent and respond to attacks involving toxic chemicals, (c) to enhance international cooperation in the field of chemical activities, (d) to support the ability of the OPCW to adapt to developments in the field of science and technology, (e) to promote universality by encouraging States not Parties to join the CWC. <u>Implementing entity</u>: The Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons.	Budget: EUR 2,140,000 Official Journal: L 87 – 24.03.2012 Estimated duration of the action: 24 months. Extended to 31 December 2014

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2010/799/CFSP of 13 December 2010 in support of a process of confidence-building leading to the establishment of a zone free of weapons of mass destruction and their means of delivery in the Middle East in support of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction.	The objectives are: (a) to encourage regional political and security-related dialogue within civil societies and governments, and more particularly among experts, officials and academics, (b) to identify confidence-building measures that could serve as practical steps towards the prospect of a Middle East zone free of WMD and their means of delivery, (c) to encourage discussion on the universalization and implementation of relevant international treaties and other instruments to prevent the proliferation of WMD and their delivery systems, (d) to discuss issues related to the peaceful uses of nuclear energy and international and regional cooperation in this regard. <u>Implementing entity:</u> EU Non-Proliferation Consortium.	Budget : EUR 347,700 Official Journal: L341/27– 23.12.2012 Implemented.
Council Decision 2010/585/CFSP of 27 September 2010 on support for IAEA activities in the areas of nuclear security and verification and in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction – IAEA V.	The objectives are: (a) strengthening national legislative and regulatory infrastructures for the implementation of relevant international instruments in the areas of nuclear security and verification, including comprehensive safeguards agreements and the Additional Protocol, (b) assisting States in strengthening the security and control of nuclear and other radioactive materials, (c) strengthening States' capabilities for detection and response to illicit trafficking in nuclear and other radioactive materials. <u>Implementing entity:</u> The International Atomic Energy Agency (IAEA).	Budget: EUR 9,966,000 Official Journal: L 302 – 01.10.2010 Estimated duration of the action: 24 months. Extended to 31 December 2014.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2010/430/CFSP of 26 July 2010 establishing a European network of independent non-proliferation think tanks in support of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction.	The objective of this network of independent non-proliferation think tanks is to encourage political and security-related dialogue and the long-term discussion of measures to combat the WMD proliferation and their delivery systems within civil societies, and more particularly among experts, researchers and academics. It will constitute a useful stepping stone for non-proliferation action by the Union and the international community. The Union wishes to support this network as follows: (a) through organizing a kick-off meeting and an annual conference with a view to submitting a report and/or recommendations to the representative of the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy (HR), (b) through creating an Internet platform to facilitate contacts and foster research dialogue among the network of non-proliferation think tanks. <u>Implementing entity:</u> EU Non-Proliferation Consortium.	Budget: EUR 2,182,000 Official Journal: L 205 – 04.08.2010 Estimated duration of the action: 36 months. Extended to 30 June 2014. Implemented
Council Decision 2010/461/CFSP of 26 July 2010 on support for activities of the Preparatory Commission of the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty Organisation (CTBTO) in order to strengthen its monitoring and verification capabilities and in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction – CTBTO IV.	The objectives are: (a) to improve the operation and sustainability of the auxiliary seismic stations network of the CTBT's International Monitoring System; (b) to improve the CTBT verification system through strengthened cooperation with the scientific community; (c) to provide technical assistance to States Signatories in Africa and in the Latin American and Caribbean Region so as to enable them to fully participate in and contribute to the implementation of the CTBT verification system; (d) to develop an OSI noble gas capable detection system. <u>Implementing entity:</u> The Preparatory Commission of the CTBTO.	Budget: EUR 5,280,000 Official Journal: L219 – 20.08.2010 Estimated duration of the action: 18 months. Extended to 16 May 2014. Implemented

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2009/569/CFSP of 27 July 2009 – OPCW IV.	The objective is to support the universalization of the Chemical Weapons Convention (CWC), and in particular to promote the ratification/accession to the CWC by States not Parties (signatory States as well as non-signatory States) and to support the full implementation of the CWC by the States Parties: (a) to enhance the capacities of States Parties in fulfilling their obligations under the Convention, and (b) to promote universality. <u>Implementing entity:</u> The Organisation for the Prohibition of the Chemical Weapons.	Budget: EUR 2,110,000 Official Journal: L197 – 29.07.2009 Estimated duration of the action: 18 months. Implemented.
Council Decision 2008/974/CFSP of 18 December 2008 in support of HCoC.	The EU supports three aspects of the Code as follows: (a) universality of the Code, (b) implementation of the Code, (c) enhancement and improved functioning of the Code. <u>Implementing entity:</u> Fondation pour le Recherche Stratégique.	Budget: EUR 1,015,000 Official Journal: L 345 – 23.12.2008 Estimated duration of the action: 24 months. Implemented.
Council Joint Action 2008/588/CFSP of 10 November 2008 in support of BTWC.	The overall objective is: (a) to support the universalization of the BTWC, (b) to enhance the implementation of the BTWC, including the submission of CBM declarations, and (c) to support the best use of the Inter-Sessional Process 2007-2010 for the preparation of the 2011 Review Conference. <u>Implementing entity:</u> United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA) – Geneva.	Budget: EUR 1,400,000 Official Journal: L 302 – 13.11.2008 Estimated duration of the action: 24 months. Implemented.
Council Joint Action 2008/588/CFSP of 15 July 2008 – CTBTO III.	The EU supports the development of capacity of the Preparatory Commission of the CTBTO in the area of Verification by: (a) noble gas monitoring: radio-xenon measurements and data analysis, (b) integrating States Signatories in Africa to fully participate in and contribute to the implementation of the CTBTO monitoring and verification system. <u>Implementing entity:</u> The CTBTO Preparatory Commission.	Budget: EUR 2,316,000 Official Journal: L189 – 17.07.2008 Estimated duration of the action: 18 months. Implemented.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2008/368/CFSP of 14 May 2008 in support of the implementation of UNSCR 1540.	The projects in support of the implementation of UNSCR 1540 will take the form of six workshops aiming at enhancing the capacity of officials responsible for managing the export control process in six sub regions (Africa, Central America, Mercosur, the Middle East and Gulf Regions, Pacific Islands and South-East Asia), so that they can at a practical level undertake implementation efforts of UNSCR 1540. The proposed workshops will be specifically tailored for border, customs and regulatory officials and will comprise the main elements of an export control process including applicable laws (including national and international legal aspects), regulatory controls (including licensing provisions, end-user verification and awareness-raising programmes) and enforcement (including commodity identification, risk-assessment and detection methods). <u>Implementing entity:</u> United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA).	Budget: EUR 475,000 Official Journal: L127 – 15.05.2008 Estimated duration of the action: 24 months. Implemented.
Council Joint Action 2008/314/CFSP of 14 April 2008 on support for IAEA activities in the areas of nuclear security and verification – IAEA IV.	The objectives are: (a) strengthening national legislative and regulatory infrastructures for the implementation of relevant international instruments in the areas of nuclear security and verification, including comprehensive safeguards agreements and the Additional Protocol, (b) assisting States in strengthening the security and control of nuclear and other radioactive materials, (c) strengthening States' capabilities for detection and response to illicit trafficking in nuclear and other radioactive materials. <u>Implementing entity:</u> The International Atomic Energy Agency (IAEA).	Budget: EUR 7,703,000 Official Journal: L107 – 17.04.2008 Estimated duration of the action: 24 months. Implemented.
Council Joint Action 2008/307/CFSP of 14 April 2008 in support of World Health Organisation activities in the area of laboratory bio-safety and bio-security – WHO I.	The overall objective is to support, the implementation of the BTWC, in particular those aspects that relate to the safety and security of microbial or other biological agents and toxins in laboratories and other facilities, including during transportation as appropriate, in order to prevent unauthorised access to and removal of such agents and toxins. (a) promotion of bio-risk reduction management through regional and national outreach, (b) strengthening the security and laboratory management practices against biological risks. <u>Implementing entity:</u> The World Health Organisation.	Budget: EUR 2,105,000 Official Journal: L106 – 16.04.2008 Estimated duration of the action: 24 months. Implemented.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2007/753/CFSP of 19 November 2007 in support of IAEA monitoring and verification activities in the DPRK.	Objective is to contribute to the implementation of monitoring and verification activities in the DPRK, in accordance with the Initial Actions of 13 February 2007, as agreed in the framework of the six-party-talks. <u>Implementing entity:</u> The International Atomic Energy Agency (IAEA Department of Safeguards)	Budget: EUR 1,780,000 Official Journal: L304 – 22.11.2007 Estimated duration of the action: 18 months. Suspension, Force majeure. Ended
Council Joint Action 2007/468/CFSP of 28 June 2007 – CTBTO II.	The objective is to support the early entry into force of the Treaty, and need to the rapid buildup of the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty (CTBT) verification regime via: (a) Improvement of the knowledge of Provisional Technical Secretariat noble gas measurements; (b) Support to on-Site Inspection via the support for the Preparations for the Integrated Field Exercise 2008. <u>Implementing entity:</u> The CTBTO Preparatory Commission.	Budget: EUR 1,670,000 Official Journal: L176 – 06.07.2007 Estimated duration of the action: 15 months. Implemented.
Council Joint Action 2007/185/CFSP of 19 March 2007 – OPCW III.	The objective is to support the universalization of the Chemical Weapons Convention (CWC), and in particular to promote the ratification/accession to the CWC by States not Parties (signatory States as well as non-signatory States) and to support the full implementation of the CWC by the States Parties. (a) promotion of universality of the CWC, (b) support for full implementation of the CWC by States Parties, (c) international cooperation in the field of chemical activities, as accompanying measures to the implementation of the CWC, (d) support for the creation of a collaborative framework among the chemical industry, OPCW and national authorities in the context of the 10th anniversary of the OPCW. <u>Implementing entity:</u> The Organisation for the Prohibition of the Chemical Weapons.	Budget: EUR 1,700,000 Official Journal: L85 – 27.03.2007 Estimated duration of the action: 18 months. Implemented.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2007/178/CFSP of 19 March 2007 – Russian Federation IV.	The objective is to assist the Russian Federation in destroying some of its chemical weapons, towards fulfillment of Russia's obligations under the Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and use of Chemical Weapons and on their Destruction. This Joint Action supported the completion of the electricity supply infrastructure at Shchuch'ye chemical weapon destruction facility, in order to provide a reliable power supply for the operation of the chemical weapon destruction facility. <u>Implementing entity</u>: The Ministry of Defence of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	Budget: EUR 3,145,000 Official Journal: L81 – 22.03.2007 Estimated duration of the action: 18 months. Implemented.
Council Joint Action 2006/418/CFSP of 12 June 2006 – IAEA III.	The objective is to strengthen nuclear security in selected countries which have received EU assistance such as: (a) Legislative and Regulatory Assistance; (b) Strengthening the Security and Control of Nuclear and other Radioactive Materials; (c) Strengthening of States' Capabilities for Detection and Response to Illicit Trafficking. <u>Implementing entity</u>: The International Atomic Energy Agency	Budget: EUR 6,995,000 Official Journal: L165 – 17.06.2006. Estimated duration of the action: 15 months. Implemented.
Council Joint Action 2006/419/CFSP of 12 June 2006 – UNSCR 1540.	The action aimed at addressing three aspects of the implementation (a) awareness-raising of requirements and obligations under the Resolution, (b) contributing to strengthening national capacities in three target regions (Africa, Latin America and Caribbean, Asia-Pacific) in drafting national reports on the implementation of UNSC Resolution 1540 (2004) and (c) sharing experience from the adoption of national measures required for the implementation of the Resolution. <u>Implementing entity</u>: United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA).	Budget: EUR 195,000 Official Journal: L165 – 17.06.2006. Estimated duration of the action: 22 months. Implemented.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2006/243/CFSP of 20 March 2006 – CTBTO I.	The objective is to improve the capacity of CTBT Signatory States to fulfil their verification responsibilities under the CTBT and to enable them to fully benefit from participation in the treaty regime by a computer-based training/self-study. <u>Implementing entity:</u> The CTBTO Preparatory Commission.	Budget: EUR 1,133,000 Official Journal: L88 – 25.03.2006 Estimated duration of the action: 15 months. Implemented.
Council Joint Action 2006/184/CFSP of 27 February 2006 – BTWC.	Overall objective: to support the universalization of the BTWC and, in particular, to promote the accession to the BTWC by States not Party (signatory States as well as non-signatory States) and to support the implementation of the BTWC by the States Parties. (a) promotion of the universality of the BTWC; (b) support for implementation of the BTWC by the States Parties. <u>Implementing entity:</u> The Graduate Institute of International Studies, Geneva.	Budget: EUR 867,000 Official Journal: L65 – 07.03.2006 Estimated duration of the action: 18 months. Implemented.
Council Joint Action 2005/913/CFSP of 12 December 2005 – OPCW II.	The objective is to support the universalisation of the CWC and in particular to promote the accession to the CWC by States not Party (signatory States as well as non-signatory States) and to support the implementation of the CWC by the States Parties. (a) promotion of universality of the CWC; (b) support for implementation of the CWC by the States Parties; (c) international cooperation in the field of chemical activities. <u>Implementing entity:</u> The Organisation for the Prohibition of the Chemical Weapons.	Budget: EUR 1,697,000 Official Journal: L331 – 17.12.2005 Estimated duration of the action: 12 months. Implemented.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2005/574/CFSP of 18 July 2005 – IAEA II.	The objective is to strengthen nuclear security in selected countries which have received EU assistance such as: (a) strengthening the Physical Protection of Nuclear Materials and other Radioactive Materials in Use, Storage and Transport and of Nuclear Facilities; (b) strengthening of Security of Radioactive Materials in Non-Nuclear Applications; (c) strengthening of States' Capabilities for Detection and Response to Illicit Trafficking; (d) legislative assistance for the implementation of States' Obligations under IAEA safeguards agreements and additional protocols. <u>Implementing entity:</u> The International Atomic Energy Agency.	Budget: EUR 3,914,000 Official Journal: L193 – 23.07.2005 Estimated duration of the action: 15 months. Implemented.
Council Joint Action 2004/797/CFSP of 22 November 2004 – OPCW I.	The objective is to support the universalization of the CWC and in particular to promote the accession to the CWC by States not Party (signatory States as well as non-signatory States) and to support the implementation of the CWC by the States Parties. (a) promotion of universality of the CWC; (b) support for implementation of the CWC by the States Parties; (c) international cooperation in the field of chemical activities. <u>Implementing entity:</u> The Organisation for the Prohibition of the Chemical Weapons.	Budget: EUR 1,841,000 Official Journal: L349 – 25.11.2004 Estimated duration of the action: 12 months. Implemented.
Council Joint Action 2004/796/CFSP of 22 November 2004 – Russian Federation III.	The objective is to contribute to reinforcing the physical protection of nuclear sites in Russia, so as to reduce the risk of theft of nuclear fissile material and of sabotage by improving the physical protection for fissile materials at the Bochvar Institute in Moscow (VNIINM) of the Russian Federal Agency for Atomic Energy FAAE (formerly MINATOM). <u>Implementing entity:</u> The Federal Republic of Germany.	Budget: EUR 7,730,000 Official Journal: L349 – 25.11.2004 Estimated duration of the action: 36 months. Implemented.

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2004/495/CFSP of 17 May 2004 – IAEA I.	The objective is to strengthen nuclear security in selected countries which have received EU assistance such as: (a) Strengthening the Physical Protection of Nuclear Materials and other Radioactive Materials in Use, Storage and Transport and of Nuclear Facilities; (b) Strengthening of Security of Radioactive Materials in Non-Nuclear Applications; (c) Strengthening of States' Capabilities for Detection and Response to Illicit Trafficking. <u>Implementing entity:</u> The International Atomic Energy Agency.	Budget: EUR 3,329,000 Official Journal: L182 – 19.05.2004 Estimated duration of the action: 15 months. Implemented.
Council Joint Action 2003/472/CFSP of 24 June 2003 – Russian Federation II.	This Joint Action aims at financing a unit of experts under the cooperation programme for non-proliferation and disarmament in the Russian Federation. <u>Implementing entity:</u> The Russian Federation.	Budget: EUR 680,000 Official Journal: L157 – 26.06.2003 Expired on the date of expiry of EU Common Strategy 1999/414/CFSP on Russia. Implemented.
Council Joint Action 1999/878/CFSP of 17 December 1999 – Russian Federation I.	The project contributed to: (a) a chemical weapons pilot destruction plant situated in Gorny, Saratov region, Russia; (b) a set studies and experimental studies on plutonium transport, storage and disposition. <u>Implementing entity:</u> The Russian Federation.	Budget: EUR 8,900,000 Official Journal: L331 – 23.12.1999 Estimated duration of the action: 48 months. Implemented.

**ANNEX TO THE SIX-MONTHLY WMD PROGRESS REPORT
OVERVIEW OF INSTRUMENT FOR STABILITY, PRIORITY 1
"RISK MITIGATION AND PREPAREDNESS RELATING TO CHEMICAL, BIOLOGICAL,
RADIOLOGICAL AND NUCLEAR MATERIALS OR AGENTS"**

Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount (EUR)	Execution period
Administrative operating budget, supplemental budgets and projects	Retraining former weapon scientists and engineers through support for: – International Science and Technology Centre (ISTC, Moscow) and – Science and Technology Centre (STCU, Kiev)	To redirect scientists/engineers' talents to civilian and peaceful activities through science and technological cooperation	ISTC and/or STCU	235 million	TACIS 1997-2006
				15 million 8 million 7.5 million 5.0 million 4.5 million 4.0 million 4.8 million	IfS (AAP) 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013
IfS/2014/ 348-211	Enhancing regional CBRN detection capacity for the Border Guards in Ukraine and Moldova	To provide mobile chemical and RN detection equipment for the border guards	STCU	4.1 million	09/2014- -09/2015

AAP 2007 (EXCLUDING FUNDING FOR ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount (EUR)	Execution period
IfS/2008/145-156	Combating illicit trafficking of nuclear and radioactive materials in FSU countries (Russian Federation, Ukraine, Armenia, Moldova, Georgia, Azerbaijan and Belarus)	To supply equipment for detection of NRM at border check points as it was identified in the previous phase of the activity financed by TACIS Nuclear Safety programme, contributing thus to reduce nuclear and radiation terrorism threat	JRC	5 million	11/07/2008 – 12/04/2013
IfS/2008/145-130	Assistance in export control of dual-use goods	To support the development of the legal framework and institutional capacities for the establishment and enforcement of effective export controls on dual-use items, including measures for regional cooperation with a view of contributing to the fight against the proliferation of WMD and related materials, equipment and technologies	BAFA (D)	~ 5 million	19/03/2008 – 31/12/2010
IfS/2008/145-132	Knowledge Management System on CBRN Trafficking	To improve capabilities of participating states, neighbouring countries of the EU in South-East Europe and possibly Caucasus, to combat the illicit trafficking and criminal use of CBRN materials (preparation phase to "EU CBRN Centres of Excellence")	UNICRI	1 million	31/01/2008 – 01/08/2010

AAP2008 (EXCLUDING FUNDING FOR ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount (EUR)	Execution period
IfS/2009/200-523	Knowledge management system on CBRN trafficking in North Africa and selected countries in the Middle East	To develop a durable co-operation legacy in the area of trafficking of CBRN materials (preparation phase to "EU CBRN Centres of Excellence")	UNICRI	1 million	16/03/2009 – 15/07/2011
IfS/2009/217-540	Strengthening bio-safety and bio-security capabilities in Central Asian countries	To address shortcomings in the safety/security practices of key biological facilities in selected countries of Central Asia; to raise the skills of the personnel working at facilities (laboratories) handling dangerous biological agents or supervising those facilities, and to provide additional equipment, as needed, to ensure an adequate level of bio-safety and security	ISTC	6.8 million	21/09/2009 – 21/09/2014
IfS/2009/219-636	Combating illicit trafficking of nuclear and radioactive materials in selected FSU and Mediterranean Basin countries and preparation of border management activities in the ASEAN region	To reduce the threat of nuclear and radiation terrorism. For this purpose the assistance will be provided to the partner countries in the improvement of the technical and organisational measures for detection of nuclear and radioactive materials (NRM) illicit trafficking	JRC	6.7 million	2/12/2009 – 1/12/2014
IfS/2009/216-327	Awareness raising of exporters export control of dual-use goods	To enhance the effectiveness of export control of dual use items in the Russian Federation, with a view to contribute to the fight against the proliferation of WMD (the specific objectives will be achieved through information exchange with EU exporters, support industry and researchers for awareness raising, organisation of seminars for exporters in the regions of the Russian Federation)	Russian independent non-profit organisation for professional advancement "Export Control Training Centre"	1 million	1/09/2009 – 1/03/2011

AAP2009 (EXCLUDING FUNDING FOR ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount (EUR)	Execution period
IfS/2010/239-471 (UNICRI main) – IfS/2010/239-481 (JRC main) – IfS/2010/253-483 and IfS/2010/253-485 (pilot projects JRC and Univ. Milan) / IfS/2010/250-984 (UNICRI establishment of 2 Secretariats)	CBRN Centre of Excellence – First Phase	To set up a mechanism contributing to strengthen the long-term national and regional capabilities of responsible authorities and to develop a durable cooperation legacy in the fight against the CBRN threat	UNICRI / JRC main contracts / 2 pilot projects in South East Asia / first step (2 Secretariats in Caucasus and South East Asia)	5 million	May 2010 – May 2012
IfS/2010/235-364	Border monitoring activities in the Republic of Georgia, Central Asia and Afghanistan	To enhance the detection of radioactive and nuclear materials at identified borders crossing and/or nodal points in the Republic of Georgia, at Southern borders of selected Central Asian countries with Afghanistan and at the airport of Kabul	JRC	4 million	4/05/2010 – 4/05/2013
IfS/2010/238-194	EpiSouth: a network for the control of health and security threats and other bio-security risks in the Mediterranean Region and South-East Europe	To increase through capacity building the bio security in the Mediterranean region and South-East Europe (10 EU + 17 non EU countries)	Istituto Superiore di Sanità, Rome (Italy)	3 million	15/10/2010 – 15/04/2013
IfS/2010/247-264 (service) IfS/2010/248-064 + IfS/2010/258-635 (supply)	Redirection of former Iraqi WMD scientists through capacity building for decommissioning of nuclear facilities, including site and radioactive waste management	To assist Iraq with redirection of scientists and engineers possessing WMD-related skills and dual-use knowledge through their engagement in a comprehensive decommissioning, dismantling and decontamination of nuclear facilities	Università degli Studi dell'Insubria (service) – CANBERRA + NNL (supplies)	2.5 million (1.5 mil. for service + 1.5 mil. for supplies)	Aug 2010 – Aug 2013

IfS/2010/253-484	Knowledge Management System on CBRN risk mitigation – Evolving towards CoE "Mediterranean Basin"	To integrate the existing Knowledge Management Systems, namely for South East Europe and for North Africa, and to prepare the evolution towards a Centre of Excellence in the Mediterranean Basin dealing with CBRN risk mitigation (preparation phase to "EU CBRN Centres of Excellence")	UNICRI	0.5 million	25/11/2010 – 30/04/2012
IfS/2010/254-942	Bio-safety and bio-security improvement at the Ukrainian anti-plague station (UAPS) in Simferopol	To contribute to full implementation of the BTWC (Biological and Toxin Weapons Convention) in Ukraine, which includes the prevention of illicit access to pathogens by terrorists and other criminals	STCU	4 million	22/11/2010 – 21/08/2014
IfS/2010/256-885	Assistance in export control of dual-use goods	To continue the on-going activities in this field in the already covered countries, with possible extension to other regions/countries	BAFA (D)	5 million	21/12/2010 – 01/07/2013

AAP2010 (EXCLUDING FUNDING FOR ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount (EUR)	Execution period
IFS/2011/263-555 (set-up) IFS/2011/273-506 (actions)	CBRN Centres of Excellence – Second phase	To set-up three to four new Centres in the Middle East and, possibly, Gulf region, Mediterranean Basin, Central Asia and Southern Africa, extend the projects in South East Asia and in Ukraine / South Caucasus and implement thematic projects in all project areas of priority 1	UNICRI	4.5 million 16.3 million	23/08/2011 – 28/02/2013
IFS/2011/273-571	Enhancing the capability of the IAEA Safeguards Analytical Service (ECAS) – EU contribution to the new Nuclear Material Laboratory (NML)	To ensure that the IAEA has a strong independent analytical capability for safeguards in the decades to come by means of expansion and modernisation of the IAEA Safeguards Analytical Services	IAEA	5 million	30/11/2011 – 30/11/2015
IFS/2011/272-372 (service) and IFS/2011/272-424 (supplies)	Establishment of Mobile Laboratories for Pathogens up to Risk Group 4 in combination with CBRN Capacity Building in Sub-Saharan Africa	To implement two units of mobile labs to be used to perform diagnosis of up to group 4 infectious agents in sub-Saharan Africa and one “stand-by” unit based in the EU for training purposes and to be deployed in other countries outside the EU where these agents are endemic or outbreaks occur	Bernhard-Nocht-Institut für Tropenmedizin (service) – supply under evaluation	3.5 million	15/12/2011 – 14/12/2015
IFS/2011/273-572	Strengthening bio-safety and bio-security capabilities in South Caucasus and in Central Asian Countries	To raise the capabilities of State organisations in target countries responsible for bio-safety and bio-security in a way that will result in a substantial improvement of the countries’ bio-safety/security situations	UNICRI	5 million	01/01/2012 – 31/12/2015

AAP2011 (EXCLUDING FUNDING FOR ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount (EUR)	Execution period
IfS/2011/278-349	Multilateral Nuclear Assurances – EU contribution to the Low Enriched Uranium bank under the supervision of the International Atomic Energy Agency (IAEA)	To purchase a quantity of Low Enriched Uranium	IAEA	20 million	30/11/2011 – 30/11/2013
IfS/2012/285-261	CBRN protection to Ukraine in the framework of the UEFA European Football Championship 2012	To counteract nuclear and radiation terrorism threat (for these purposes the assistance should be provided to Ukraine in the improvement of the technical and organisational measures for detection of Nuclear and Radioactive Materials (NRM) illicit trafficking, including training and establishment of an expert network)	Sateilyturvakeskus	343,000	03/2012-04/2013
IfS/2012/292-244	Supply for POL11 – Equipment Supply for CBRN protection support to Ukraine in the framework of the UEFA European Championship 2012	To enhance the CBRN security at Poland – Ukraine border with the occasion of the football championship Euro2012	Sateilyturvakeskus	307,000	05/2012-01/2014
IfS/2012/301-327	Provision of specialised technical training to enhance the first responders' capabilities in case of CBRN incidents	To reinforce inter-agency coordination to respond to CBRN incidents (this includes defining standard operational procedures in response to such incidents, e.g. post-incident management and site restoration)	France Expertise Internationale	699,274	12/2012-12/2014
IfS/2012/301-675	EU CBRN Risk Mitigation Centres of Excellence Initiative	To provide support in the implementation of the project "EU CBRN Risk Mitigation Centres of Excellence"	JRC	3.5 million	10/2012-10/2014

IFS/2012/301-740	Building capacity to identify and respond to threats from chemical, biological, radiological and nuclear substances	The European Commission is seeking external support to implement technical aspects related to the EU CBRN Risk Mitigation CoE. The overall objective of the project of which this contract will be a part is as follows: 1) Counter the threat arising from chemical, biological and radioactive or nuclear agents in particular when used in a criminal or terrorist context; 2) Improve the preparedness and response capabilities of states to unlawful or criminal acts involving CBRN agents.	Fundacion Internacional y para Iberoamerica de Administracion y Politicas Publicas	499,100	12/2012-12/2014
IFS/2012/301-756	Contribution to the establishment and development of EU Centres of Excellence Governance – Phase II	The main aim of this assignment is to link actively technical expertise, management initiative, elements of diplomacy and of cultural sensitiveness to enhance the establishment and performance of the CoE initiative. By implementing modern and judicious governance approaches, it will in particular support capacity building and management with the right sense of ownership among actors and stakeholders at national, regional and overall levels, and correctly adapt the initiative to the challenges of CBRN risk mitigation. The initiative also aims at enhancing the visibility, acceptance and support among the EU stakeholders, both at EU and MS levels.	Association Groupe ESSEC	1,399,988	12/2012-06/2014

IfS/2012/302-214	Regional Human Resource Development for Nuclear Safety, Security and Safeguards Management through a University Master's Programme carried out in Thailand	To cover the tuition fees and living expenses of 10 Thai and 10 international (limited to the Southeast Asia region) students expected to enrol and graduate from the Master's degree programme developed jointly with the US PNNL in Nuclear Safety, Security and Safeguards Management at the Chulalongkorn University of Thailand	Enconet Consulting GMBH	649,812	12/2012-12/2014
IfS/2012/302-252	Bio-risk Management	To share the bio-risk management program developed in Thailand with the participating countries in the project	France Expertise Internationale	480,000	12/2012-12/2014
IfS/2012/302-364	Development of a methodology for RN materials detection, management and protection of the public	To develop and manage a system for the detection of RN material from sensors located in a variety of locations such as borders, critical infrastructure, ports, airports, etc.; to recommend equipment and standard procedures to respond to RN events	France Expertise Internationale	599,830	12/2012-12/2014
IfS/2012/302-427	Prerequisite to strengthening CBRN national legal frameworks	To increase, through capacity building the health security in the Mediterranean Area and South-East Europe Black Sea Region by enhancing and strengthening the preparedness to common health threats and bio-security risks at national and regional levels by the creation of a Network of laboratories, by strengthening the already previously created by Episouth plus (the reinforcement of relations of trust in a region is an objective and an instrument in the scope of Project's implementation)	France Expertise Internationale	299,936	12/2012-12/2014

IfS/2012/302-428	Knowledge development and transfer of best practice on bio-safety/bio-security/bio-risk management	To develop and transfer knowledge concerning best practice on bio-safety, bio-security and bio-risk management in this region	Università degli Studi di Roma Torvergata	434,010	12/2012-12/2014
IfS/2012/304-799	Assistance in export control of dual-use goods	To strengthen the export control systems of partner countries, with a strong link with the Regional Centres of Excellence activities, by aligning them to the standard of the international export control regimes and treaties and therefore meeting the requirements of the UNSCR 1540 (2004)	Bundesrepublik Deutschland	3,650,000	12/2012-12/2014
IfS/2012/305-778	“EU CBRN Risk Mitigation Centres of Excellence” Coordination and CBRN Need Assessment Methodology	To support countries with improving national policies and ensuring international cooperation in the area of CBRN risk mitigation through the implementation of a Needs Assessment methodology for the Regional Secretariats and the partner countries	United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute	2 million	12/2012-06/2015
IfS/2012/306-644	Supply of radiation detection equipment for South East Asia – LOT 1	To supply radiation detecting equipment to the various entities (border guards, custom services) from Thailand, Cambodia, Laos and the Philippines	Polimaster Instruments UAB	497,500	12/2012-03/2014
IfS/2012/306-670	Supply of radiation detection equipment for South East Asia – LOT2	To supply radiation detecting equipment to the various entities (border guards, custom services) from Thailand, Cambodia, Laos and the Philippines	Mirion Technologies MGPI SA	241,540	12/2012-03/2014
IfS/2012/306-675	Supply of radiation detection equipment for South East Asia – LOT 3	To supply radiation detecting equipment to the various entities (border guards, custom services) from Thailand, Cambodia, Laos and the Philippines	ENVINET AS	988,205	12/2012-10/2015

IfS/2012/307-293	Establishment of a Mediterranean Programme for Intervention Epidemiology Training (MediPIET)	To enhance health security in the Mediterranean region by supporting capacity building for prevention and control of natural or man-made threats to health posed by communicable diseases through the start-up of a long-term Mediterranean Programme for Intervention Epidemiology Training (MediPIET)	European Centre for Disease Prevention and Control	440,000	12/2012-12/2014
IfS/2012/307-400	Supply of radiation detection equipment for Democratic Republic of Congo– LOT1	To supply radiation detecting equipment to the Custom and Excise Administration Directorate of the Democratic Republic of Congo	Polimaster Instruments UAB	298,500	12/2012-03/2014
IfS/2012/307-401	Supply of radiation detection equipment for Democratic Republic of Congo– LOT2	To supply radiation detecting equipment to the Custom and Excise Administration Directorate of the Democratic Republic of Congo	Mirion Technologies MGPI SA	121,660	12/2012-03/2014
IfS/2012/307-781	Support for the border monitoring activities in the South East Asia and Democratic Republic of the Congo	To counteract nuclear and radiation terrorism threat (for this purposes, the assistance should be provided to the identified countries in the improvement of the technical and organisational measures for detection of Nuclear and Radioactive Materials (NRM) illicit trafficking, including training and establishment of an expert network)	JRC	1,650,000	12/2012-12/2015

IFS/2012/308-512	Implementation of Projects CBRN – 3rd call: #77 #111 #114	The overall objective is the enhancement of the RN security situation in the countries of concern (with a spin-off towards chemical detection under P77). Such concern needs to be addressed in a systematic manner and with interventions at quite a few different levels. Also the "action radius" of the interventions needs to be described (to assure the proper engagement of the key actors).	JRC	2.3 million	12/2012-12/2014
IFS/2012/310-879	Network of universities and institutes for raising awareness on dual-use concerns of chemical materials	The European Commission is seeking external support to implement technical aspects related to the EU CBRN Risk Mitigation CoE. The overall objective of the project is to reinforce inter-agency coordination to respond to CBRN incidents. This includes defining standard operational procedures in response to such incidents, e.g. post-incident management and site restoration.	Agenzia Nazionale per le Nuove Tecnologie, l'Energia e lo Sviluppo Economico Sostenibile – ENEA	721,886	12/2012-12/2014

AAP2012 (EXCLUDING FUNDING FOR ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount (EUR)	Execution period
IfS/2012/301-675	EU CBRN Risk Mitigation Centres of Excellence Initiative	To provide support for the implementation of the project "EU CBRN Risk Mitigation Centres of Excellence"	JRC	3.5 million	10/2012 – 10/2014
IfS/2012/306-680	Second contribution to enhance the capability of the IAEA Safeguards Analytical Service (ECAS) – The New Nuclear Material Laboratory (NML)	To support IAEA in constructing and outfitting the chemistry and instrumentation laboratories of the new IAEA Safeguards Analytical Services NML for the analysis of nuclear material according to the latest standards assuring safety and measurement quality	IAEA	5 million	12/2012-12/2016
IfS/2013/315-979	Strengthening the National CBRN Legal Framework & Provision of specialized and technical training to enhance CBRN preparedness and response capabilities	The present procedure aims at awarding a Contract that will technically implement two projects (Component 1 and Component 2) funded by the EU Instrument for Stability (Priority 1) in the framework of the Chemical, Biological, Radiological, and Nuclear – Centres of Excellence (CBRN-CoE)	France Expertise Internationale	2,699,069	09/2013-09/2016

IfS/2013/316-496	Strengthening Capacities in CBRN Response and in Chemical and Medical Emergency	The CBRN emergency response needs to be identified and prioritised per country. Comprehensive technology solutions for detection, protection, decontamination, mitigation, containment and disposal should also be elaborated. CBRN incidents require full utilization of national resources to respond to and mitigate the consequences of such emergencies. The main responsibility in cases of CBRN emergencies falls upon first responders. It is therefore essential that countries build upon their national resources to mitigate and respond to the consequences of an emergency situation. Best-practices should thus be exchanged amongst these first responders at MIE regional level and CBRN risk mitigation knowledge developed. It should also result in increased awareness of stocks of hazardous chemical agents, their pre-cursors as this is one of the means of targeting illicit use and /or trafficking of WMD.	Wojskowy Instytut Higieny i Epidemiologii	3,914,034	12/2013-12/2016
IfS/2013/318-905	Support to the European Commission – Exploratory missions in Middle East/East and south Mediterranean countries/South East of Europe in the safety and security CBRN fields	To provide support to the European Commission with finding out what kind of short-term measures should be developed taken into account different situations and circumstances regionally and/or nationally (this entails assessing countries' preparedness – risk assessment, crisis prevention and warning systems – and response mechanisms in the field of CBRN)	France Expertise Internationale	299,999	06/2013-06/2015

IfS/2013/321-215	Strengthening Health Security at Ports, Airports and Ground crossings	To increase health security globally by providing technical guidance and tools, information and knowledge sharing, international collaboration and assisting countries in enhancing and strengthening capacities for prevention, detection, control and response to public health events related to activities at points of entry and international travel and transport, in a multi-sectoral approach, to minimize risks in association with natural or deliberate released hazards	World Health Organisation	1.5 million	07/2013-07/2015
IfS/2013/323-494	AAF– Waste management	To improve the management of biologic and chemical waste in the African Atlantic Façade region and Tunisia. This includes the review of regulations and technical training on detection and sampling	Fundacion Internacional y para Iberoamerica de Administracion y Politicas Publicas	3,871,800	01/2014-06/2017
IfS/2013/329-422	Implementation of Projects CBRN – 3rd call. Complementary actions for project : #77 #111 #114	The global overall scope of work is to pursue international efforts in counteracting the threat of nuclear and radiological terrorism. This project aims at supporting the development of an integrated regional nuclear safety and security systems. This will be achieved by assessing the adoption of laws and regulation in the field in order comply with international related standards for improving the security and safety of radioactive sources by encouraging the establishment of storage facilities and completion of inventories, disseminate best practices for the development of a national response plan in the participating countries. These activities are carried out under a well-coordinated approach with other donors in the region, in order not to duplicate existing efforts.	IAEA	700,047	01/2014-12/2015

IfS/2013/332-096	Export control outreach for dual use items	This project aims to deepen support measures to improve dual use export control systems in third countries taking specific geopolitical challenges into account. The following beneficiary countries are eligible under this project: Jordan/ Neighbouring Countries and Kazakhstan/ Neighbouring Countries. Regional activities may include all beneficiary countries in the region. Where appropriate and in justified cases and following the demand of beneficiary countries also activities in other countries/ or regions will be carried out.	Bundesamt für Wirtschaft und Ausfuhrkontrolle	2.5 million	12/2013-12/2015
IfS/2013/ 332-212	Conferences associated to EU CBRN Centres of Excellence	To provide support for organising conferences and meetings in partner countries in order to enhance the inter-agency cooperation that will contribute to mitigating the risks and threats associated with Chemical, Biological, Radiological and Nuclear (CBRN) materials and facilities	LDK Consultants, Engineers & Planners SA	140,885.85	01/2014-01/2015

IfS/2013/332-306	Consolidation and Extension of the CBRN Regional Centre Secretariats	To strengthen regional capabilities in the area of CBRN risk mitigation. It is expected that the project will promote better cooperation and coordination of countries on CBRN risk mitigation at regional and international levels (the set-up of the Regional Secretariats is meant to provide the missing infrastructure at regional level to facilitate sharing of information and experience among partner countries)	United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute	3.1 million	05/2014-10/2015
IfS/2013/332-312	Strengthening Health Laboratories to minimize potential biological risks	To minimize potential biological risks through enhancement of laboratory biosafety, biosecurity, quality management and diagnostic capacity. Specific objective 1: Support the development of nationally-owned laboratory policies, strategies norms and regulations Specific objective 2: Engage institutional and individual capacity building efforts through implementation of appropriate tools, methodologies and training activities Specific objective 3: Enhance the ability of Member States to safely and rapidly detect and respond to natural or deliberate events of national and international concern according to the IHR through support to laboratory networks	World Health Organisation	4,495,712	12/2013-12/2016

IFS/2013/329-859	Further development and consolidation of the Mediterranean Programme for Intervention Epidemiology Training ("MediPIET")	To contribute to the overall objective of enhancing health security in the Mediterranean region by supporting capacity building for prevention and control of natural or man-made health threats posed by communicable diseases through the further roll-out of the Mediterranean Programme for Intervention Epidemiology Training (MediPIET)	Fundacion Internacional y para Iberoamerica de Administracion y Politicas Publicas	6.4 million	12/2013-12/2016
IFS/2013/330-961	MEDILABSECURE	To increase, through capacity building the health security in the Mediterranean Area and South-East Europe Black Sea Region by enhancing and strengthening the preparedness to common health threats and bio-security risks at national and regional levels by the creation of a Network of laboratories, by strengthening the already previously created by Episouth plus (the reinforcement of relations of trust in a region is an objective and an instrument in the scope of Project's implementation)	Institut Pasteur Fondation	3,626,410	12/2013-12/2017

AAP2013 (EXCLUDING FUNDING FOR ISTC)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount (EUR)	Execution period
IFS/2014/337-084	Elimination of Syrian Chemical Weapons of Mass destruction	To contribute to the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW) Special Trust Fund that finances the activities for the complete destruction of Syrian Chemical material stockpiles	OPCW	12 million	02/2014-12/2015
IFS/2014/343-652	Contribution to the establishment and development of EU Centres of Excellence Governance – Phase III	To support to the governance of the EU CBRN Centres of Excellence	ESSEC-IRENE-ENCO	1.5 million	09/2014-09/2016
IFS/2014/ 346-176	High risk chemical facilities and risk mitigation in the AAF Region	Enhancing sound chemical hazard management within the African Atlantic Façade Region in order to prevent the occurrence of high risks chemical accidents	France Expertise Internationale	3 million	01/2015-12/2017
IFS/2014/ 346-488	Chemical safety and security in the Central and Eastern African region	Enhancing sound chemical hazard management within the ECA region by strengthening the national “Chemical legal framework” in order to prevent the occurrence of accident inside and around all important chemical installations, as well as to enhance Chemical preparedness and response capabilities	Gesellschaft für Anlagen und Reaktorsicherheit (GRS) MBH	2,978,000	01/2015-01/2018
IFS/2014/347-013	EUWAM-Lab (P43)	To contribute to the establishment of a Mobile Laboratory for in situ interventions on VHF outbreak sites in combination with CBRN Capacity Building in Western Africa	France Expertise Internationale	2,579,854.40	09/2014-09/2016

AAP2014 (EXCLUDING FUNDING FOR ISTC)					
IfS/2014/ 347-135	EU outreach programme for dual use items	Contribute to the creation, consolidation or updating the effective export control systems for dual use items in partner countries by continuing to offer them a long-term perspective for cooperation	France Expertise Internationale	1,999,300	09/2015-02/2017
IfS/2014/ 347-634	Strengthening CBRN first response capabilities and regional cooperation in South East Europe, Southern Caucasus, Moldova and Ukraine	Enhance response capabilities and promote inter-agency and regional cooperation in CBRN first response in the South East Europe, Southern Caucasus, Moldova and Ukraine	Centre d'Etude de l'Energie Nucléaire Fondation d'Utilité Publique	2,953,550	01/2015-12/2017
IfS/2014/ 350-752	One Health Project in Pakistan	Support the development of a structured, integrated and sustainable collaboration between the Ministry of Health and Ministry of Agriculture in Pakistan for improved risk assessments and detection, prevention and control of the spread of emerging zoonotic diseases	World Health Organization	927,608	01/2015-01/2017
IcSP/2015/355-376	EU outreach programme for dual use items – South-East Asia	Support to export control outreach in South-East Asia.	France Expertise Internationale	2,999,500	09/2015-02/2017